MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

PROTOCOLO Nº: 67145/20
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SANTA INÊS
INTERESSADO: BRUNO VIEIRA LUVISOTTO, EDERLI CRISTINA BATISTA DE SOUZA, ELIANA APARECIDA BISPO, FORUM CONSULTORIA & ASSESSORIA LTDA., MARCOS ANTONIO CAMPONES, MARIA SOCORRO APARECIDA ALCANTARA, MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, PETERSON SIMAO SILVERIO, REGINALDO MAZZETTO MORON, ROSA APARECIDA PESCE
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
PARECER: 391/21

***Ementa:** I - Admissão de pessoal. Município de Santa Inês. Contratação de empresa para execução de certame sem registro junto ao Conselho Federal de Administração e cuja prestação do serviço infringiu à vedação contida no art. 16 do Estatuto da OAB. Irregularidade de natureza grave.*

II - Pela anulação do Edital de Concurso Público nº 01/2020. Elaboração de novo certame organizado diretamente pelo município, com o eventual auxílio da OAB/PR, mantidas as inscrições dos candidatos já homologadas. Aplicação de multa ao Prefeito e ressarcimento, na hipótese de se ter efetuado o pagamento.

Retornam os autos de análise de legalidade dos atos relativos ao Edital de Concurso Público nº 001/2020, deflagrado pelo Município de Santa Inês para provimento de 08 vagas ao cargo efetivo de professor, e de 01 vaga ao cargo de advogado.

Em manifestação anterior objeto do Parecer nº 636/20-4PC (peça 53), esta Procuradoria opinou pela adoção das seguintes providências:

(...) Ante o exposto, este Ministério Público de Contas opina pela manutenção da suspensão cautelar do Edital de Concurso Público nº 001/2020, reiterando os pedidos de diligências junto à OAB/PR e junto ao CRA/PR formulados no Parecer nº 409/20-4PC, acrescidos, nesta oportunidade, das seguintes diligências complementares:

1. Inclusão no polo passivo e respectiva **citação empresa Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME** (CNPJ nº 10.753.139/0001-60), para que:

1.1. Informe, mediante apresentação de documentação comprobatória, se os responsáveis pela elaboração da prova ao cargo de advogado possuem titulação acadêmica compatível, com cursos de pós-graduação de mestrado e ou doutorado na área do Direito, ou demonstrem experiência em magistério superior na área de Direito, ou que apresentem a qualificação técnica dos responsáveis pela elaboração da prova ao cargo de advogado e de professor;

1.2. Informe se a empresa está devidamente registrada perante o Conselho Regional de Administração, conforme preconiza o Acórdão nº 02/2012 do Conselho Federal de Administração;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

1.3. Junte aos autos o caderno das provas realizadas e respectivos gabaritos;

2. Intimação do atual gestor Município de Santa Inês:

2.1. Para que esclareça os motivos pelos quais optou pela dispensa de licitação e pela escolha de empresa **Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME** (CNPJ nº 10.753.139/0001-60), e pelo critério menor preço, mesmo estando claro no Parecer Jurídico haver orientação dessa Corte, objeto das Instruções Normativas nº 118/2016 e 142/2018, orientando os jurisdicionados a optar, em casos semelhantes ao dos autos, pela **melhor técnica** ou **técnica e preço**, culminando por contratar um escritório de advocacia com um único concurso realizado, no ano de 2012, antes das edições das citadas Instruções Normativas nº 118/2016 e 142/2018-TCE/PR;

2.2) Para que esclareça quais os critérios utilizados pelo Município para aferir a qualificação acadêmica dos responsáveis pela elaboração das provas, correção destas, e eventual análise de recursos apresentados pelos candidatos;

2.3) Para que esclareça por qual motivo optou por contratar uma empresa sem prévia aferição de seu registro perante o Conselho Regional de Administração¹;

2.4) Apresente, no prazo máximo de 15 dias uteis, um cronograma e roteiro da solução administrativa a ser adotada no caso em tela, cabendo a administração municipal definir:

2.4.1) a possibilidade de **aproveitamento dos atos já praticados**, designando-se profissionais qualificados para compor a banca examinadora;

2.4.2) Aferir a pertinência dos temas ou matérias indicados no edital de concurso;

2.4.3) A qualidade e possibilidade de aproveitamento das questões formuladas e já respondidas pelos candidatos, efetuando a correção das provas respectivas, caso se considere razoavelmente pertinente as questões em face dos temas ou matérias divulgados no edital de inscrição;

2.4.4) A necessidade de reelaboração das provas e designação de nova data para realização destas; e/ou

2.4.5) A necessidade de reelaboração dos temas ou matérias constantes do edital, ocasião em que a republicação deste também devesse contemplar a possibilidade de reabertura da fase de inscrição, ficando convalidadas as inscrições já efetuadas e homologadas.

2.5) Informe qual a solução dada para suprir a vacância do cargo de advogado;

2.6) Que junte aos autos cópia das provas realizadas no Edital de Concurso Público nº 001/2020, a fim de que os órgãos técnicos dessa Corte tenham elementos objetivos para avaliar a qualidade e pertinência temática das questões contidas nas provas já realizadas, advertindo-se a Administração Municipal de sua responsabilidade quanto à guarda e ao

¹ Exigência que decorre dos artigos 15 da Lei nº 4.769/65 e 1º da Lei nº 6839/80, consoante fixado no Acórdão nº 05/20120CFA, transcrito no Parecer nº 1115/20-CGM, objeto da peça 52.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

sigilo dos cadernos de provas preenchidos pelos candidatos que compareceram e realizaram as provas no dia 21.06.2020.

Subsidiariamente, na hipótese do douto Relator não concordar com as diligências acima propostas, pugna-se pela imediata anulação do certame, com fixação de prazo para deflagração de novo concurso organizado diretamente pela administração municipal, com eventual auxílio da OAB/PR no que se refere ao concurso para o provimento da vaga de advogado, mantidas as inscrições dos candidatos homologadas no Edital de Concurso Público nº 001/2020.

Por meio do Despacho nº 969/20-GCFC (peça 54), o Relator determinou a autuação e intimação dos Srs. Marcos Antônio Capones, Maria Socorro Aparecida Alcântara Pacheco, Rosa Aparecida Pesce de Freitas, Eliana Aparecida Bispo e Ederil Cristina Batista de Souza, para que, na condição de membros da Comissão Especial do Concurso regido pelo Edital nº 01/2020, apresentassem os seguintes esclarecimentos e documentos:

- a) nome dos profissionais encarregados de elaborar e corrigir as provas do concurso público para Professor e Advogado, vinculados à Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, e respectivos comprovantes de titulação e de vínculo com a entidade;
- b) divergência entre as informações constantes do Relatório Circunstanciado - Fase 2 (peça 14) em relação às entidades licitantes e a relação informada no Termo de Dispensa de Licitação 3/2020 (peça 8).

Determinou, ainda, a autuação e intimação do responsável pelo Controladoria Interna do Município de Santa Inês e do Procurador municipal Peterson Simon Silvério, para ciência do inteiro teor deste protocolo e apresentação de informações e esclarecimentos que entenderem pertinentes; assim como a atuação e citação da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, na pessoa de seu representante Reginaldo Mazzetto Moron, para ciência e manifestação quanto aos apontamentos contidos na instrução técnica e no Parecer nº 636/20-4PC (peça 53).

Ordenou, por fim, a intimação do Prefeito Bruno Vieira Luvisotto, para que esclarecesse os motivos pelos quais optou pela dispensa de licitação e pela escolha da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, pelo critério menor preço, contrariando parecer jurídico de sua Procuradoria.

A Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME juntou defesa (peças 68 a 73), informando o nome e titulação dos profissionais encarregados de elaborar e corrigir as provas nas áreas de língua portuguesa, matemática, informática, pedagogia e direito.

Asseverou que estes foram contratados apenas para elaboração e correção das questões afetas às suas áreas de conhecimentos, mediante pagamento por questão elaborada, e que o valor de R\$ 11.790,00 apresentado ao Município de Santa Inês, foi o menor entre os licitantes consultados.

Em Petição objeto da peça 123, o Município de Santa Inês, representado pelo Prefeito Bruno Vieira Luvisotto, afirmou ter seguido à risca o Parecer Jurídico emitido pelo Procurador municipal Peterson Simon Silvério quanto à contratação de empresa para execução do concurso público em exame, destacado que a conclusão do citado opinativo foi pela possibilidade de contratação direta.

Em defesa conjunta (peça 125), os já nominados membros da Comissão Especial do Concurso regido pelo Edital nº 01/2020, representados pelo Procurador municipal Peterson Simon Silvério, esclareceram que: as questões de língua portuguesa foram elaboradas por profissional graduado em letras e especialização em literatura; as de matemática por graduada nesta área de conhecimento, com doutorado em ciências e matemática; as de informática por graduado em sistemas de informação; as de pedagogia por graduada nesta área, com especialização em educação especial e infantil; e as de direito pelo próprios sócios da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, Srs. Reginaldo Mazzetto Moron e Eduardo Mazzetto Pasim Moron, ambos com graduação em Direito.

Acrescentaram que a divergência apontada no Despacho nº 969/20-GCFC (peça 54) entre as informações constantes do Relatório Circunstanciado (peça 14) e o Termo de Dispensa de Licitação nº 3/2020 (peça 08), ocorreu pelo fato de tratar-se de documentos distintos, sendo este um relatório gerado pelo sistema informando apenas a empresa vencedora, e aquele um documento que resume as informações do procedimento administrativo, tais como a comprovação da compatibilidade do valor dos serviços que serão prestados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

No Parecer nº 1803/20-CGM (peça 137), a unidade técnica, após análise das defesas juntados pelo Interessados, assentou que os membros da Comissão Examinadora possuíam qualificação para a elaboração e correção das provas do certame, e que a alegada incongruência quanto ao Termo de Dispensa de Licitação (peça 8) e o Relatório Circunstanciado da fase 02 (peça 14) foi devidamente justificada.

Consignou, todavia, que a defesa da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME não esclareceu se a empresa está devidamente registrada perante o Conselho Regional de Administração, tampouco juntou o caderno das provas realizadas e respectivos gabaritos, e que a defesa do Município de Santa Inês não abordou o motivo pela qual optou por contratar uma empresa sem prévia aferição de seu registro perante o Conselho Regional de Administração e o pleito ministerial para que apresentasse um cronograma e roteiro da solução administrativa a ser adotada no caso em tela.

Ao final, a unidade instrutiva opinou pela manutenção da cautelar de suspensão do Concurso Público nº 01/2020, e por nova intimação da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME e do Município de Santa Inês para complementação das defesas.

O opinativo foi acolhido pelo Despacho nº 42/21-GCNB (peça 139).

Em nova manifestação (peça 146), a Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME justificou que empresa foi criada em 2009, portanto em data anterior ao Acórdão nº 02/2012 do Conselho Federal de Administração, cuja existência nunca sequer teve conhecimento, sublinhando que exigência de registro junto ao CFA não foi pedida pelo Município de Santa Inês.

Afirma que a empresa detém todas as certidões negativas em perfeita ordem, está devidamente registrada no cadastro nacional de PJs, e comprovou ser apta a aplicação do concurso.

Juntou, por fim, o caderno de provas e respectivos gabaritos (peças 146 a 151).

Devidamente intimado, o Prefeito Bruno Vieira Luvisotto não apresentou nova manifestação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

Em manifestação conclusiva objeto da Instrução nº 1104/21-CGM (peça 153), a unidade técnica consigna que na Cláusula Quarta do Contrato Social da empresa Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, consta que seu objeto social consiste na prestação de serviços de advocacia, sendo estes: assessoria jurídica, consultoria jurídica, auditoria e demais atividades jurídicas concernentes as áreas judiciais e extrajudiciais (peça 15, fl. 1).

Relembra que na Instrução nº 454/20-CAGE (peça 20), já havia sido apontado que de acordo com o art. 16 do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94) existe óbice legal de que uma sociedade de advogados realize atividades diversas da advocacia.

Assim, opina pela manutenção da medida cautelar outrora concedida pelo Acórdão nº 1376/20-STP (peça 47), visto que a contratação do Escritório de Advocacia Fórum Consultoria & Assessoria Ltda foi irregular, com emissão de determinação ao Município de Santa Inês para que cancele o certame.

Diante da inércia do Prefeito Bruno Vieira Luisotto em atender o Despacho nº 42/21-GCNB (peça 139), acrescentou a sugestão de aplicação de multa (art. 87, inc. I, 'b' da LOTC) ao gestor.

É o relatório.

À luz das defesas apresentadas pelo Interessados no curso da instrução processual, a despeito de ter sido atendidas algumas das determinações emitidas no Despacho nº 969/20-GCFC (peça 54), afigura-se inegável a ocorrência de falhas graves por parte do Município de Santa Inês na contratação, mediante dispensa, da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, **pois a empresa não está habilitada para prestar serviços de organização de concursos públicos**, seja pelo óbice previsto no art. 16 do Estatuto do OAB², seja pela ausência de registro junto ao Conselho Federal de Administração.

O próprio fato da empresa, à exceção das questões sobre direito, ter se valido da contratação de profissionais sem qualquer vínculo com a Fórum Consultoria &

² Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, **que realizem atividades estranhas à advocacia**, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016).

Assessoria Ltda ME para elaboração e correção das questões de língua portuguesa, informática, matemática e pedagogia, são indicativos veementes de que **não detinha a qualificação técnica necessária para prestar os serviços contratados por conta própria.**

Ressalta-se, neste sentido, a baixa qualidade das questões formuladas, especialmente para o cargo de advogado.

À vista disto, embora a motivação para concessão de cautelar homologada pelo Acórdão nº 1376/20-STP (peça 47) tenha sido superada com a comprovação de que o certame em apreço objetivou repor cargos vagos de professor e advogado, não havendo infração à Lei Complementar nº 173/20, fato é que as graves irregularidades na contratação da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME deveriam acarretar a nulidade do Contrato nº 03/2020 (peça 18) e dos atos administrativos que lhe sucederam.

Todavia, retomando as ponderações explicitadas no Parecer nº 636/20-4PC (peça 53), este Órgão Ministerial entende a anulação da contratação da empresa promotora do certame não implica na nulidade de todos os atos, podendo se aproveitar os atos já praticados, designando-se novos profissionais qualificados para compor a banca examinadora, a quem caberá avaliar a eventual:

- (1) pertinência dos temas ou disciplinas indicados no edital de concurso;
- (2) qualidade e possibilidade de aproveitamento das questões formuladas e já respondidas pelos candidatos, efetuando a correção das provas respectivas, caso se considere razoavelmente pertinente as questões em face dos temas ou disciplinas divulgados no edital de inscrição;
- (3) necessidade de reelaboração das provas e designação de nova data para realização destas; e/ou
- (4) necessidade de reelaboração dos temas ou matérias constantes do edital, ocasião em que a republicação deste também deverá contemplar a possibilidade de reabertura da fase de inscrição, ficando convalidadas as inscrições já efetuadas e homologadas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

Em qualquer hipótese, manter-se-iam hígidas as inscrições dos candidatos efetivadas no concurso, ainda que face à eventual obrigação de fixação de um cronograma para deflagração de novo Edital e realização de novas provas.

De todo modo, independentemente da solução a ser adotada pelo Município de Santa Inês, considerando que este teria condições de organizar diretamente a seleção dos cargos de professores, considerado os profissionais do magistério que já integram seu quadro, ante a alegada existência de corpo técnico capacitado para selecionar todos os cargos, como indicado em sua própria defesa, vê-se que remanesce a dificuldade no que tange ao provimento da vaga de advogado.

Para tanto, o município poderia socorrer-se do previsto no artigo 58, inciso X, da Lei Federal nº 8.906/94, solicitando à OAB/PR a indicação de advogados com titulação acadêmica compatível para composição da banca responsável pela elaboração das provas; ou verificar junto às instituições de ensino superior da região tal possibilidade.

Por fim, avalia-se cabível a aplicação de multa ao Prefeito Bruno Vieira Luisotto, por ter causa à contratação da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME sem que fosse verificado o óbice previsto no art. 16 do Estatuto do OAB e ausência de registro da empresa junto ao CFA.

Ante o exposto, este Ministério Público de Contas, em razão das irregularidades que resultaram na celebração do Contrato nº 03/2020 com a Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, opina pela anulação do Edital de Concurso Público nº 001/2020; sem prejuízo da fixação de prazo para deflagração de novo concurso organizado diretamente pela administração municipal³, com eventual auxílio da OAB/PR no que se

³ Com a possível designação de novos profissionais qualificados para compor a banca examinadora, a quem caberá avaliar a eventual: (1) pertinência dos temas ou disciplinas indicados no edital de concurso; (2) qualidade e possibilidade de aproveitamento das questões formuladas e já respondidas pelos candidatos, efetuando a correção das provas respectivas, caso se considere razoavelmente pertinente as questões em face dos temas ou disciplinas divulgados no edital de inscrição; (3) necessidade de reelaboração das provas e designação de nova data para realização destas; e/ou (4) necessidade de reelaboração dos temas ou disciplinas constantes do edital, ocasião em que a republicação deste também deverá contemplar a possibilidade de reabertura da fase de inscrição, ficando convalidadas as inscrições já efetuadas e homologadas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

refere ao concurso para o provimento da vaga de advogado, mantidas as inscrições dos candidatos homologadas no Edital de Concurso Público nº 001/2020.

Opina-se, ainda, pela aplicação da multa prevista no art. 87, IV, 'g' da LOTC ao Prefeito Bruno Vieira Luisotto, por ter causa à contratação da Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, sem que fosse verificado o óbice previsto no art. 16 do Estatuto do OAB e a ausência de registro da empresa junto ao Conselho Federal de Administração.

No que tange aos valores relativos ao contrato, se já quitados, se impõe atribuir a responsabilização solidária de restituição ao erário, alcançando a respectiva responsabilização o gestor municipal responsável pela contratação, Prefeito Bruno Vieira Luisotto, a empresa Fórum Consultoria & Assessoria Ltda ME, e os respectivos sócios, os advogados Reginaldo Mazzetto Moron e Eduardo Mazzetto Pasim Moron, restando legitimada a desconsideração da pessoa jurídica em razão da contratação celebrada à margem do que lhes autorizava o contrato social, situação em que ocorre o abuso da personalidade jurídica, caracterizando-se o desvio de finalidade.

É o parecer.

Curitiba, 21 de junho de 2021.

Assinatura Digital

GABRIEL GUY LÉGER

Procurador do Ministério Público de Contas